

Agora é hora do voto, não do barulho

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com a entrega dos relatórios das 24 subcomissões aos relatores das oito comissões temáticas, começou ontem o segundo tempo das discussões no Congresso Constituinte. Ao contrário do início dos trabalhos, em janeiro, quando os 559 constituintes tiveram que partir do zero para elabo-

rar a futura Constituição da República, agora os oito relatores terão um texto por onde guiar as discussões do anteprojeto: os relatórios aprovados nas subcomissões, três de cada comissão temática. No fim de semana, foram aprovados os relatórios das 24 subcomissões, depois de intensas votações e de grandes polêmicas. Do

relatório de Virgildásio de Senna, da Subcomissão de Intervenção do Estado, só restou um artigo: independentes de todos os partidos derrubaram todos os outros que estatizavam demais a economia. Em compensação, o do relator da Subcomissão da Defesa do Estado e da Sociedade, Ricardo Fiúza, foi mantido quase na íntegra, da forma como desejavam as Forças Armadas. Na Subcomissão do Poder

Executivo, foi instaurado um "parlamentarismo híbrido", com mandato presidencial de cinco anos. "A maioria vota, não fala", explicou o constituinte Afif Domingues, líder da derrubada do relatório de Virgildásio de Senna. "Agora quem tem voto ganha. Acabou o poder do barulho", disse Expedido Machado, líder da maioria independente na Subcomissão do Poder Executivo.

O novo Brasil, com 31 Estados

O relator da Comissão da Organização do Estado, José Richa, recebe hoje os anteprojeto, com 95 artigos, das subcomissões da União, Distrito Federal e Territórios; dos Estados; e dos Municípios e Regiões com mudanças básicas no atual texto constitucional. Fundamentalmente, o Distrito Federal ganha sua autonomia, o desenho do Brasil terá mais oito Estados e os municípios terão mais autonomia organizando-se em regiões de interesses econômicos e sociais.

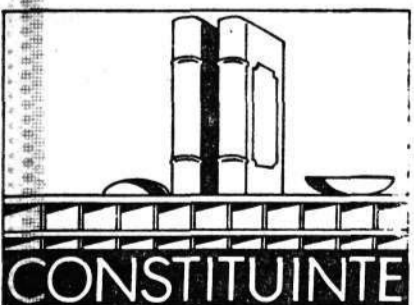
A Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios entrega um anteprojeto com 39 artigos no qual dispõe que o Distrito Federal terá eleição para governador, vice e Assembleia Distrital pelo voto direto e secreto e que os deputados elaborarão a Lei Orgânica. Nas disposições transitórias, fixa a primeira eleição para 15 de novembro de 1988 com posse dos eleitos em 1º de janeiro de 1989. Os eleitos terminarão seu mandato junto com os demais governadores, em 1990, portanto, com dois anos. O artigo 38 obriga a União, pelo prazo de dez anos, a contar da promulgação da Constituição, a estruturar o programa de proteção ecológica e aproveitamento econômico do pantanal matogossense, com ênfase no turismo e na pecuária, onde aplicará anualmente 0,005% da receita federal.

A Subcomissão dos Estados preparou anteprojeto com 29 artigos propondo a criação dos Estados de Tocantins (Goias), Maranhão do Sul (Maranhão), Triângulo (Minas Gerais), Santa Cruz (Bahia), Juruá (Amazonas), Tapajós (Pará) e a transformação dos Territórios de Amapá e Roraima em Estados. Estabelece que o arquipélago de Fernando de Noronha fica extinto, reincorporando seu território ao de Pernambuco. A subcomissão também sugere mandato de quatro anos para os governadores, com eleição em dois turnos e posse em 1º de janeiro, 46 dias após a eleição. Depois de promulgação da Constituição, as Assembleias Legislativas terão seis meses para elaborar a Constituição estadual, além de consagrar o princípio do plebiscito para criação de novos Estados e municípios, e ouvir a população do Rio de Janeiro sobre a continuidade da fusão com o Estado da Guanabara.

A Subcomissão de Municípios e Regiões apresentará 27 artigos oferecendo mais autonomia aos municípios e sugerindo sua organização em regiões de interesses econômicos e sociais, com conselhos regionais para definir planos e programas. O relator sugere também a criação de juízes distritais ou municipais, conselhos de ouvidores constituídos por representantes das comunidades sem remuneração para fiscalizar o desempenho da administração municipal, receber queixas da comunidade e manifestar-se perante a Câmara de Vereadores. Dá aos Estados o direito de criar regiões metropolitanas e criar os fundos regionais de desenvolvimento, obrigando a União a destinar 30% da sua receita tributária, durante 20 anos, com seguinte distribuição: região Sul, 4%; Sudeste, 2%; Centro-Oeste, 5%; Nordeste, 12%; e Norte, 8%.



José Richa, o relator



Chalés Hotel Fazenda VALE DO SOL SERRA NEGRA
0192-92-3500
SP-257-3955
LUA DE MEL - FINS DE SEMANA - FÉRIAS



Nas Minorias, projetos avançados

Os três anteprojeto encaminhados ontem à Comissão da Ordem Social pela Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas e Minorias, Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Subcomissão da Saúde e do Meio Ambiente são considerados avançados em suas propostas à nova Constituição e levarão para o âmbito da comissão o debate de propostas polêmicas como a estatização dos serviços básicos e essenciais à saúde, mesmo com a ressalva de que será estatizado "só o indispensável". A proibição de propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento, tabaco e bebidas; a isenção do imposto de Renda a todo cidadão com aposentadoria ou pensão menor do que 20 salários mínimos; e igualdade de salário para trabalho igual.

Na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores foram rejeitadas as 48 emendas apresentadas pelo deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) que pretendiam, por exemplo, manter a jornada de 48 horas de trabalho — per-

manecendo as 40 horas como fruto de acordos trabalhistas — e impedir o pagamento em dobro das férias. O anteprojeto manteve a proibição da diferença de salário para trabalho igual, e aposentadoria com proventos iguais à maior remuneração dos últimos 12 anos de serviço, sendo aos 30 anos para o homem e aos 25 para a mulher.

O anteprojeto definitivo da Subcomissão da Saúde e do Meio Ambiente, segundo o relator Carlos Mosconi (PMDB-MG), é mais avançado do que o projeto original, como no caso da proibição da atuação de empresas estrangeiras na assistência à saúde da população e o controle pelo Estado das drogas e demais produtos tóxicos. O anteprojeto mantém a proibição da eutanásia, garante o livre arbítrio do casal quanto ao número de filhos e a alocação de 10% do PIB para a saúde. Em relação ao meio ambiente manteve a condição de prévia autorização do Congresso Nacional para a instalação e funcionamento de reatores nuclea-

res e a caracterização como crime e genocídio para práticas deletérias ao meio ambiente e à saúde da população.

Na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas e Minorias o anteprojeto foi mantido quase na íntegra, levantando apenas alguma polêmica a reivindicação dos homossexuais — acatada pelo relator Alcení Guerra (PFL-PR) — para que a Constituição fixe que ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão da orientação sexual, e a questão da exploração dos recursos naturais nas áreas indígenas. O deputado Rui Nedel (PMDB-RS) tentou aprovar uma emenda de plenária que suspendia por 30 anos a exploração de minérios nessas áreas, mas a subcomissão rejeitou qualquer alteração nos artigos que tratavam dos dois assuntos. O anteprojeto manteve a principal reivindicação dos negros de classificar na Constituição como crime anafiançável "subestimar, estereotipar ou degradar grupos étnicos, raciais ou de cor".

"Dobradinha" limita estatização

Uma "dobradinha" perfeita entre o presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, o ex-ministro Francisco Dornelles, e o seu relator, José Serra, influenciou fortemente os anteprojeto produzidos pelas três subcomissões subordinadas. Dornelles e Serra, atuando sobre os membros do PMDB, PFL, PL e PDT, conseguiram, com apoio de grupos liberais e conservadores, reduzir as intenções estatizantes de boa parte dos participantes das discussões e impedir, por exemplo, o tabelamento dos juros em 12% reais ao ano, proposto por Fernando Gasparian (PMDB-SP) relator da Subcomissão do Sistema Financeiro.

O melhor exemplo da dobradinha Dornelles (PFL-RJ) e Serra (PMDB-SP) foi o anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, elaborado basicamente por uma equipe em que predominavam ex-assessores de Dornelles, como o ex-secretário da

Receita, Luiz Axiloy Patury. O documento foi à votação e mereceu apenas duas alterações: eliminou-se a exigência para revisão de lei de isenção e de benefício fiscal de quatro em quatro anos e permitiu-se aos Estados e Distrito Federal instituírem um adicional de 5% sobre o Imposto de Renda devido à União.

O projeto reduz a concentração de poderes e recursos orçundos de tributação, hoje nas mãos da União, repassando boa parte para Estados e Municípios. E, entre outras novidades, determina expressamente que "não incidirão impostos federais e estaduais em relação à microempresa, definida em Lei, para esse fim, pela União e pelos Estados, respectivamente".

Fica com a União a competência para instituir impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação de produtos nacionais ou nacionalizados, rendas e proventos de qualquer natureza, produtos industrializados e operações de crédito,

título e seguro, ou relativos a títulos ou valores mobiliários. O imposto sobre Produtos Industrializados deverá ser seletivo, em função da essencialidade dos produtos. Fixa, ainda, condições para empréstimos compulsórios e tributos extraordinários, para casos de guerra ou calamidade. O compulsório não poderá mais ser utilizado como instrumento de política econômica. Cria-se, ainda o imposto sobre vendas e varejo, ou sobre Valor Agregado, e dá melhores condições de defesa do contribuinte frente ao poder estatal. Mesmo não tendo conseguido limitar os juros, o relator Fernando Gasparian considerou-se vitorioso por terem sido extintas as cartas patentes para abertura de novos bancos, eliminado o Conselho Monetário Nacional, que passaria a ter suas funções exercidas por comissão especial do Congresso Nacional, limitado o Banco Central à autoridade monetária e responsável pela fiscalização do sistema, com sua diretoria aprovada pelo Congresso.

Eleição de presidente em 2 turnos

O presidente da República será escolhido em eleições diretas, em dois turnos, e terá um mandato de cinco anos. O cargo de vice-presidente não existirá mais. Assim, em caso de ausência do presidente, seu substituto será o presidente da Câmara, do Senado ou do Conselho de Ministros, nessa ordem. O novo regime, implantado com a futura Constituição, será o presidencialismo misto, com o primeiro-ministro e os ministros de Estado indicados pelo presidente, responsável pelo Poder Executivo.

São essas as principais definições da Subcomissão do Poder Executivo, presidida pelo deputado Albérico Filho (PMDB-MA). A maioria dos parlamentares decidiu ainda alterar outro tema polêmico do parecer original do relator José Fogaça (PMDB-RS): os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Relações Exteriores e o chefe do Gabinete Civil serão indicados pelo presidente da República, mas não estarão sujeitos à censura do Congresso. Qualquer um dos outros ministros e

mesmo o primeiro-ministro poderão ser destituídos por moção de desconfiança aprovada por um terço da Câmara dos Deputados.

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, presidida pelo deputado Oscar Correa (PFL-MG), começa a receber amanhã as emendas aos anteprojeto de suas três subcomissões — a do Executivo, a do Judiciário e a do Legislativo. Esta última tenta em seu relatório restabelecer as prerrogativas perdidas durante o período autoritário. O Congresso passa a participar da elaboração do orçamento da União e as comissões técnicas parlamentares ficam capacitadas a dar o parecer final a projetos de lei do governo e dos parlamentares; o plenário votaria apenas as matérias polêmicas. O parecer do relator José Jorge (PFL-PE) determina ainda o fim do pagamento de jéton aos parlamentares pelo comparecimento às sessões. No período de recesso, uma comissão especial receberá os projetos urgentes do governo.

A Subcomissão do Poder Judiciário aprovou em seu anteprojeto a criação de uma Câmara Constitucional dentro do Supremo Tribunal Federal, formado de 12 ministros — quatro indicados pelo Executivo, quatro pelo Legislativo e o restante pelo STF, dentre seus vitalícios. Essa Câmara examinará as moções de inconstitucionalidade de leis e atos inconstitucionais de autoridades. Segundo o parecer da Subcomissão do Judiciário, com a promulgação da nova Constituição, a Justiça Militar se encarrará apenas do julgamento de militares processados por crimes de natureza militar. O STM não mais julgará civis — uma vitória do relator, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Segundo a proposta a ser apreciada agora pela Comissão de Organização do Estado, o cidadão comum poderá apresentar projetos de lei ou emenda constitucional, mediante assinaturas de apoio, com número ainda não especificado.

Mandato atual pode ser fixado à parte

Apesar de o relatório da Subcomissão do Sistema Eleitoral e dos Partidos Políticos tenha aprovado um artigo fixando o mandato do presidente da República, governadores e prefeitos, com seus respectivos vices, em quatro anos, as disposições transitórias deste mesmo relatório é que fixarão o mandato do atual presidente, José Sarney. A tendência, até as 22h30 de ontem, era fixá-lo em cinco anos.

Uma das últimas subcomissões a votar seu relatório de apenas 29 artigos, a Subcomissão do Sistema Eleitoral, acabou introduzindo a fixação de mandato em seu artigo 10º, conforme preconizado no relatório de Francisco Roffi (PTB-SP).

A discussão sobre a incompetência da subcomissão para fixar mandato acabou perdendo na votação final por 12 contra 8. Esses são detalhes que acabaram se perdendo, porém, na redação final do relatório da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições, presidida pelo senador Jarbas Passarinho e tendo como relator o deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

SUBCOMISSÃO DO SISTEMA ELEITORAL E PARTIDOS POLÍTICOS

Uma das últimas a votar seu relatório, esta subcomissão, presidida pelo deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), até ontem à noite conseguiu aprovar o voto obrigatório,

sem contudo definir a idade, caindo assim a proposta de 16 anos e o voto facultativo.

Também foi mantido o voto dos analfabetos, acompanhado, inclusive, da garantia do governo federal em facilitar esse voto. O relatório inclui igualmente a proposta de sistema distrital misto, ou seja, eleição majoritária e proporcional, ficando a cargo do Congresso Nacional os critérios de divisão distrital, através de lei complementar.

SUBCOMISSÃO DE DEFESA DO ESTADO DA SOCIEDADE E DE SUA SEGURANÇA

O relatório do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) mantém os elementos fundamentais vigentes na atual Constituição. Assim, apesar das emendas dos setores progressistas do PMDB, do PT e PDT propondo eliminação da seção sobre segurança nacional e alteração da destinação constitucional das Forças Armadas, o relatório só acatou sete emendas das 224 inicialmente propostas.

GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO

O parecer aprovado pela subcomissão, cria o Tribunal Constitucional, formado por 16 ministros nomeados pelo presidente da República, designados para um período de oito anos, com a função de julgar as controvérsias relativas à legitimidade constitucional das leis e dos atos com força de lei, emanados da União e dos Estados.

Proteção para os filhos

O relator da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Comunicação, Ciência e Tecnologia, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), apresentará seu substitutivo aos anteprojeto elaborados pelas três subcomissões que compõem este grupo na próxima semana. Os trabalhos da comissão deverão estar esgotados no prazo de 20 dias e um dos pontos que deverá gerar grande polêmica é a questão da criação do Conselho Nacional de Comunicação, rejeitado na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na primeira reunião da comissão, realizada na manhã de ontem, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, voltou a insistir na necessidade de se rever a votação do Conselho Nacional de Comunicação, e para isso já entrou com um recurso, encaminhado ao presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PE).

O anteprojeto da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação foi concluído com 16 artigos, sendo que nove dizem respeito à Ciência e à Tecnologia e o restante ao capítulo da Comunicação. Deste foram excluídos os conselhos editorial e nacional de comunicação, proibido o monopólio da radiodifusão e outros meios de expressão e comunicação. Em relação à Ciência e Tecnologia, o mercado interno foi considerado patrimônio nacional e a reserva de mercado foi preservada.

O anteprojeto da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar para efeito de proteção do Estado e proíbe qualquer tipo de discriminação contra filhos nascidos fora do casamento. O anteprojeto também considera crime passível de punição na forma da lei qualquer ato que envolva agressões físicas ou psicológicas nas relações familiares. No capítulo do menor o anteprojeto assegura o direito à educação gratuita para crianças de até seis anos, em instituições especializadas, e à assistência social independentemente de os pais serem contribuintes do sistema previdenciário. Ao idoso o anteprojeto garante a aposentadoria aos 60 anos para a mulher, e aos 65 anos para o homem; assegura proventos mensais vitalícios não inferiores a um salário mínimo aos não amparados pela Previdência, e inova ao estabelecer que o cônjuge viúvo, ao contrair novas núpcias, não perderá os direitos previdenciários adquiridos.

No anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes ficou decidido que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, enquanto os Estados, Distrito Federal e municípios aplicarão 25% de suas receitas. Este foi considerado o principal dispositivo do relatório final da subcomissão.

Tribunal conterà abusos

O Brasil terá um Tribunal Constitucional com competência para declarar a inconstitucionalidade de normas de administração. Na prática, isso vai significar que, se o Estado não puder prestar serviços essenciais como saneamento básico a uma comunidade, também não poderá tocar obras de vulto como a ferrovia Norte-Sul, por exemplo. A desculpa de falta de recursos seria inconstitucional.

Esta é uma das propostas mais avançadas aprovada, na Comissão da Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, pela Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. Segundo o relator, deputado Lyssane Maciel (PDT-RJ), os conflitos de jurisdição com outros tribunais serão resolvidos pelo Congresso Nacional. A subcomissão também aprovou a iniciativa popular para leis ordinárias e constitucionais; o direito de votar e ser votado para todos os escalões militares; o voto facultativo para menores entre 16 e 18 anos; e a imprescritibilidade do abuso do poder econômico e dos crimes eleitorais até seis meses após a diplomação parlamentar.

Ficou decidida a anistia ampla com ressarcimento de direitos e vantagens para civis e militares; a ampliação da ação popular e a possibil-

idade de ser impetrado mandado de segurança com alcance também sobre pessoas jurídicas. A tortura foi declarada crime não suscetível de anistia, surgiu a ampliação do direito de refugiados e foi estendido o princípio da inviolabilidade do domicílio, às sedes dos sindicatos e aos campi universitários, entre outras associações. Foi proibido o monopólio da informação e estabelecida a gratuidade do registro civil.

Já a Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, que teve como relator o deputado João Hermann (PMDB-SP), aprovou que o Estado exerça soberania política e econômica permanente sobre todos os recursos naturais do seu território ou aqueles criados pelo povo. A defesa dessa soberania caberá ao povo e às Forças Armadas. Estabeleceu que o cargo de primeiro-ministro será exclusivo de brasileiros natos e aprovou a coexistência pacífica nas relações internacionais (conforme princípios da ONU) e a participação do País junto aos organismos multilaterais, de forma a favorecer a codificação progressiva do Direito Internacional. Determinou ainda, entre outras questões, que todos os tratados e compromissos negociados no Exterior dependem de prévia autorização do Legislativo.

Bispo diz que Constituinte está ameaçada

AGÊNCIA ESTADO

O bispo auxiliar da arquidiocese de Porto Alegre, dom Edmundo Kunz, afirmou ontem que "o País vive uma situação trágica" e que "a Constituinte é o remédio mais eficaz de que a Nação dispõe para curar as suas enfermidades". E alertou: "É preciso evitar a qualquer preço o esvaziamento da Assembleia Nacional Constituinte. Seus altos objetivos sofrerão graves ameaças de torpedeamento".

Dom Edmundo Kunz fez essas declarações ontem, no programa semanal de rádio "A Voz do Pastor", frisando que "a Igreja tem consciência da gravidade e da importância do momento histórico que vive o povo brasileiro. Ela não pode se omitir de participar do debate em torno das diretrizes básicas que nortearão o futuro relacionamento humano em nossa pátria".

"Falta decisão política e planejada para enfrentar a crise econômica, que está aprisionando o Brasil!"

em "um beco sem saída", acredita o bispo gaúcho. "O Estado está falido, contudo, alimenta o sonho de continuar teimosamente gastador. Projeto duvidosos e de interesse local são escandalosamente manipulados em concorrências incorretas e ilegais", disse dom Edmundo, aludindo à ferrovia Norte-Sul. E destacou: "A corrupção campeia desenfreada e impune".

LULA

"O presidente José Sarney deve-

ria ter cinco minutos de humildade e reconhecer que, se com dois anos de mandato já fez os estragos que fez, com cinco poderá fazer muito mais." Desta forma o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem, em Santos, a disposição do presidente da República de permanecer cinco anos no governo. Ele considerou uma "presunção" de Sarney ir à televisão defender o seu mandato e desafiou-o a responder publicamente a questões como "o sa-

lário mínimo, aluguel ou o preço da carne".

O constituinte pestista afirmou ainda que o presidente "não tem representatividade nem credibilidade junto à opinião pública". Por isso, o grande problema do Brasil, hoje, é saber quem é o seu presidente, "se é o Sarney ou Ulysses Guimarães". A construção da ferrovia Norte-Sul foi classificada por Lula como resultado da "megalomania" do presidente Sarney.